

# A EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DA PARAÍBA NA DÉCADA DE 2000

## *THE EVOLUTION OF PARAÍBA MANUFACTURING INDUSTRY IN THE 2000*

Diogo Daniel Bandeira Albuquerque<sup>1</sup>

Ivan Targino Moreira<sup>2</sup>

### **RESUMO:**

O artigo apresenta de maneira sucinta o comportamento da indústria de transformação paraibana, focando especialmente na primeira década do século XXI. Para tanto, contém uma breve contextualização histórica e teórica, que permite auferir a conclusão de que a industrialização da Paraíba se dá de maneira tardia e subordinada. É feita uma apresentação de dados secundários sobre o valor adicionado, estabelecimentos e empregos, que induz a conclusão de que a indústria de transformação é fundamental para a geração de emprego no estado. Além disso, os dados também permitem afirmar que as empresas que surgiram na Paraíba ao longo da década são mais intensivas em mão de obra do que as empresas tradicionais. Por fim, essas empresas são deveras importantes para a geração de emprego e renda para as famílias e no desenvolvimento do estado.

**Palavras-chave:** Economia Paraibana; Economia Regional; Indústria de Transformação.

### **ABSTRACT:**

The article illustrates the behavior of the manufacturing industry of Paraíba, focusing especially in the first decade of the 21st century. To this end, it contains a brief theoretical and historical contextualization, which allows the reader to make the conclusion that the industrialization of Paraíba was late and subordinate. The paper makes a presentation of secondary data about the value added, which leads to the conclusion that the manufacturing industry is key to job creation in the State. In addition, the data also allow assert that companies that have emerged in Paraíba throughout the decade are more labor intensive than traditional companies are. Finally, these companies are very important for the generation of employment and income for the families and the development of the State.

**Keywords:** Paraíba Economy; Regional Economy; Manufacturing Industry.

## **I. INTRODUÇÃO**

A elaboração do presente texto respalda-se na necessidade de sanar uma lacuna existente na literatura sobre a economia paraibana, mais precisamente no tocante ao estudo do setor da indústria de transformação da economia estadual, na década de 2000.

O objetivo geral desse trabalho é descrever o desempenho da indústria de transformação paraibana na década de 2000. Além desse objetivo geral, a pesquisa busca atingir os seguintes objetivos específicos:

- a) Apresentar a evolução da implantação de unidades fabris no estado.
- b) Analisar evolução produção e emprego da indústria de transformação na última década;

---

<sup>1</sup> Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Paraíba (2012) e mestrado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas (2015), atualmente é Professor Assistente da Universidade Estadual de Montes Claros – MG - [diogodalbuquerque@gmail.com](mailto:diogodalbuquerque@gmail.com).

<sup>2</sup> Possui graduação em Economia pela Universidade Federal da Paraíba (1974), graduação em Filosofia pela Universidade Católica de Pernambuco (1974), mestrado em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco (1978), doutorado e Pós-doutorado em Economia - Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne) (1978;1982 e 2004). [ivantargino@bol.com.br](mailto:ivantargino@bol.com.br).

c) Identificar o grau de concentração por subsetor e em cada região;

O setor industrial é composto por quatro subsetores i) Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP); ii) indústria da construção civil; iii) indústria extrativa, e finalmente; iv) indústria de transformação. Esse último subsetor ganhou destaque no cenário mundial a partir da Revolução Industrial na segunda metade do século XVIII. Contudo, esse tipo de atividade só começa a granjear espaço no estado da Paraíba no final do século XIX, impulsionada pelos incentivos governamentais, tanto no âmbito federal como estadual. Durante todo o período colonial, as atividades de transformação estiveram praticamente restritas à produção do açúcar.

As máquinas foram as responsáveis por grande parte das transformações econômicas dos últimos séculos. Muito mais do que poupadoras de trabalho, elas são potencializadoras de força de trabalho, agindo sobre esta de forma a aumentar a velocidade de produção e a destreza do trabalhador especializado (SMITH, 1996). São, portanto, um instrumento da forma de produção e valorização nascente do sistema de produção que foi denominado a *posteriori* de Capitalismo, tendo condicionado o surgimento da indústria. Por indústria entende-se a força de trabalho potencializada por forças mecânicas utilizadas no processo de produção (MARX, 1996).

Apesar da industrialização do Brasil e, especialmente, da Paraíba ter ocorrido muito após a Revolução Industrial, a forma de produção que surgiu no estado foi muito mais simples do que a que se verificou na Inglaterra do século XVIII. A indústria, como forma de produção organizada, mais eficiente e potencializadora de trabalho, só emerge no Brasil no século seguinte e de forma muito tímida. No que se refere ao estado da Paraíba, só começa a granjear espaço no final do século XIX, impulsionada pelos incentivos governamentais, tanto no âmbito federal como estadual (MACEDO, 1986; KOURY, 1986; MAIA, 1986).

A indústria que surge na Inglaterra se caracteriza por ser uma nova forma de produção que não encontra paralelo entre os sistemas de produção a ela anteriores. Ela surge criando as bases de seu próprio desenvolvimento: máquinas que criam novas máquinas (Furtado, 2009; Marx, 2008). Por outro lado, o tipo de indústria que se instalou na Paraíba esteve voltado, inicialmente, para a produção de bens de consumo não duráveis, tais como alimentos, bebidas e têxtil (MACEDO, 1986; KOURY, 1986; MAIA, 1986).

Desse modo, enquanto na Inglaterra do século XVIII havia um maior investimento em capital, com máquinas criando mais máquinas, na Paraíba do século XIX e XX a indústria surge para produzir bens de consumo, utilizando máquinas e tecnologias produzidas no exterior (AGRA FILHO, 2011). Vale dizer, a indústria paraibana nasce tardia e dependente – em analogia ao Capitalismo Tardio de João Manuel Cardoso de Mello (1991) – uma industrialização retardatária e periférica que afeta o desenvolvimento de um sistema capitalista de produção no estado.

No entanto, o crescimento da indústria na Paraíba implicou em transformações importantes na estrutura produtiva estadual e na sua infraestrutura. Fábricas de porte relativamente grande se instalaram nas cidades paraibanas a partir da última década do século XIX, a exemplo da Companhia de Tecido Paraibana (1891), em Santa Rita, e a Companhia de Tecidos Rio Tinto (1924), no município de mesmo nome, isto sem falar nas pequenas unidades de beneficiamento de algodão que se disseminaram pelo interior do estado e na instalação das usinas de açúcar (AGRA FILHO, 2011).

Segundo dados do IPEADATA, na segunda metade do século XX ocorreu uma maior expansão da indústria de transformação na economia paraibana. Ou seja, a indústria passou a ter uma maior contribuição para a formação do PIB estadual. Esse processo foi refreado nas últimas duas décadas daquele século devido à falta de projetos de desenvolvimento industrial, o enfraquecimento da SUDENE, à guerra fiscal entre os estados – por meio de taxas diferenciadas de ICMS –, da parca infraestrutura e dos recursos naturais escassos (PEREIRA,

2005; ALBUQUERQUE, 2014). Com efeito, o valor adicionado da indústria representava 8,9% do PIB estadual, em 1960. Essa participação elevou-se para 14,7, em 1970, atingindo o percentual de 26,8%, em 1986, passando a decrescer a partir de então. Houve uma pequena recuperação deste setor nos últimos anos do século XX, mas nem a virada do século, nem a mudança do paradigma de política econômica adotado na primeira década do século XXI foram capazes de impedir a redução da importância deste setor para a economia estadual. Em 2009 sua participação foi da ordem de 19,96%.

Além desta breve introdução, o presente artigo compreende outras seis divisões. Na próxima seção é apresentada a metodologia, seguida por uma curta evolução histórica da indústria de transformação na Paraíba e para iniciar a análise dos dados sobre a indústria paraibana na década de 2000. Nesse sentido, na quarta seção é apresentada uma análise da evolução do valor adicionado do seguimento em questão. Na quinta seção é tratada a forma de evolução da quantidade e da composição de estabelecimentos no estado e, na sexta, a quantidade e a composição do quadro de empregos. Por fim, são apresentadas algumas considerações finais.

## II. METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

A pesquisa realizada é de natureza descritiva e analítica. O campo de observação é a indústria de transformação do da Paraíba, durante a primeira década do século XXI. As fontes de informação utilizadas são secundárias. Foram utilizados material bibliográfico (livros, artigos, relatórios de pesquisa, etc.) e levantamento de dados estatísticos. Os dados utilizados foram obtidos junto ao IBGE, IPEADATA e ao Ministério do Trabalho e Emprego. Do IBGE, foram levantadas informações das contas regionais e da Pesquisa Industrial Anual. Do IPEADATA foram utilizados dados referentes a contas regionais e nacionais. Do Ministério do Trabalho e Emprego, foram coletadas informações da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Os dados estatísticos coletados junto ao IBGE obedecem às divisões do CNAE 1.0 (até 2007) e CNAE 2.0 (até 2009).

O tratamento dos dados se deu com o auxílio dos softwares Excel e TerraViews. Para identificar o grau de concentração do emprego e dos estabelecimentos industriais entre os municípios paraibanos, foram utilizados dois indicadores:

a) O Quociente de Localização: Também conhecido por quociente locacional, ele permite identificar o grau de concentração de uma variável em determinada área. No caso em pauta, a concentração do emprego e do número de estabelecimentos entre os municípios paraibanos. O quociente de localização é o resultado da razão entre participação do emprego ou do número de estabelecimentos do município em um setor da indústria de transformação, e a participação do emprego ou quantidade de empresas totais desse município no emprego ou número de estabelecimentos totais do conjunto do estado.

$$CL = \left( \frac{E_{ij}}{E_{it}} \right) \left( \frac{E_t}{E_j} \right) \quad (1)$$

em que,  $E_{ij}$  = quantidade de emprego ou empresas do setor  $i$  no município  $j$ ;  $E_{it}$  = quantidade total do emprego ou do número de estabelecimentos do setor no estado;  $E_j$  = quantidade do emprego ou do número de estabelecimentos no município;  $E_t$  = quantidade de emprego ou estabelecimentos no total do estado.

## III. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Diversos economistas, historiadores e geógrafos, entre os quais Soares (2012), Aquino (2012), Agra Filho (2011), Feitosa (2010), entre outros, datam o início da indústria paraibana como sendo o momento da implantação dos engenhos de açúcar no final do século XVI. No

entanto, esta visão não aceita neste texto. A concepção de indústria vai além da de manufatura, segundo Marx (1996) o trabalhador torna-se um instrumento do processo de produção, onde as máquinas determinam as condições de produção. Nessa perspectiva, Melo (1991) difere três momentos históricos desde o descobrimento brasileiro, o primeiro da Economia Colonial, o segundo momento conceituado como Mercantil-Escravista e só então surge o que ele chama de Economia Exportadora Capitalista Retardatária, com o surgimento da Grande Indústria no País. Corroborando para esta temporalização pode-se citar Furtado (1959) que demonstra que o processo de industrialização foi concomitante em todo o país e que ocorreu apenas após as reformas tarifárias de 1844, sendo o nordeste bastante representativo no setor têxtil.

No Estado da Paraíba, as primeiras máquinas – utilizadas na indústria – foram introduzidas no final do século XIX e transformaram a produção de cigarros, de tecidos e do setor gráfico. Segundo Koury (1986), essas máquinas causaram modificações nas relações trabalhistas, submetendo o trabalhador ao capital e lhe impondo às necessidades típicas para sua valorização.

A introdução de lino, bem como a introdução de outros tipos de máquinas em indústrias, como a cigareira, por exemplo, impondo o trabalho parcelar aos trabalhadores nela envolvidos, segue fechando o ciclo de submissão do trabalhador ao capital, através da imposição do trabalhador à máquina. (KOURY, 1986, p. 38)

A partir do final do século XIX foi possível observar, em todo o estado, o surgimento de diversas manufaturas que visavam suprir o consumo dos habitantes. Essas manufaturas se dedicavam a produzir diversos tipos de bens de consumo, ganhando destaque os setores alimentícios, de beneficiamento do algodão e da produção de artigos de couro (KOURY, 1986).

Até 1920, a Paraíba, chamada até então como Parahyba do Norte, já possuía um total de 251 unidades industriais. Dessas indústrias, o setor que se destacava era o têxtil, com um total de 169 unidades. Seguido pela indústria alimentícia com 31 e pela indústria de vestuário e tocado, com 22 estabelecimentos. Estimulada por instituições governamentais, a indústria paraibana já empregava mais de 3 mil funcionários, prevalecendo o setor têxtil como o maior empregador, com 1.818 operários (KOURY, 1986).

As chamadas cidades operárias tiveram grande destaque na fase inicial do desenvolvimento industrial na Paraíba. Elas surgem já no final do século XIX e apresentavam a logística e infraestrutura básica de uma pequena cidade. O primeiro caso registrado no estado foi o da Companhia de Tecidos Paraibana (fábrica Tibiri) em Santa Rita, que se instalou na Paraíba em 1891. E, em 1924 é inaugurada a Fábrica Rio Tinto, da importante família Lundgren (KOURY, 1986). Essas cidades industriais funcionavam como um fator incentivador e multiplicador da produção dos trabalhadores.

Segundo Macedo (1986) as cidades industriais apresentavam uma série de atratividades para os trabalhadores da Paraíba e dos Estados vizinhos. Alguns dos benefícios eram a disponibilidade de médicos, medicamentos, residências, produtos agrícolas mais baratos, entre outros. A procura por um trabalho estável e com condições tão diferentes às quais estavam subordinados os paraibanos, causaram transformações em seus hábitos e costumes (MACEDO, 1986; KOURY, 1986).

Ao longo das décadas, o Estado buscou atrair capital, principalmente de investidores do Sudeste do Brasil (MAIA, 1986), que acumularam capital no setor agrícola e representavam a elite industrial do país (FURTADO, 1959). Entre os incentivos que o estado apresentava estava no fato de possuir mão de obra barata, incentivos fiscais e concessões de empréstimos, terrenos, entre outros (MAIA, 1986).

Segundo LIMA (1986), a indústria nacional encontrou, na Paraíba, mão de obra barata e numerosa para o seu desenvolvimento, contudo não se deparou com mão de obra

qualificada e disposta a trabalhar nas condições exigidas pelos investidores. Coube ao Estado o papel de qualificar a mão de obra e torná-la disposta ao trabalho nas grandes indústrias.

A partir da década de 1920, aumenta também o interesse do Governo Federal pelo desenvolvimento industrial da região. Segundo Maia (1986), o Estado passa a direcionar esses incentivos para setores importantes e mais dinâmicos como o da eletricidade, cimento, além dos já tradicionais: têxteis, alimentos e mineração.

As políticas industriais tiveram um período de paralisação com o início da Revolução de 1930, mas continuaram nos anos seguintes. Com o Golpe de 1930, Vargas transformou a estrutura social, com mudanças na legislação. Além de trazer modernidade e condições necessárias ao desenvolvimento industrial na esfera social, ele transformou a estrutura física do país estimulando setores importantes, como o de transportes (MAIA, 1986).

Para Jacob Lima (1986), o papel do governo na industrialização brasileira foi o de prover as condições básicas para o seu surgimento e desenvolvimento. Esse papel é ampliado nas próximas décadas com a ascensão de governos populistas e de políticas keynesianas adotadas por governos ditatoriais.

Na segunda metade do século XX, Celso Furtado a frente do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), instalado no governo de Kubitschek, baseando-se na teoria cepalina, desenvolve um plano para o desenvolvimento do Nordeste sob a concepção de que o problema do subdesenvolvimento da região poderia ser resolvido através do investimento estatal no desenvolvimento da indústria local (SOUZA, 2005). Dessa visão surgiu a SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), que teve um papel muito importante no crescimento industrial do Nordeste (SILVA, 2006). Para tanto, a SUDENE foi constituída visando reorganizar a economia nordestina de modo a torna-la em um centro autônomo manufatureiro (SUDENE, 1967).

Com as políticas de descentralização de Kubitschek (1956-1960) e os planos diretores implementados pela SUDENE, a participação do Estado no desenvolvimento industrial paraibano foi ampliada, o que resultou em um impulso para o aumento da participação deste setor na economia local. Essas políticas foram influenciadas por uma série de acontecimentos no cenário internacional e embasadas nas teorias keynesiana e cepalina, tendo como principal nome propulsor o do paraibano Celso Furtado.

Além das políticas federais e estaduais já citadas, algumas outras merecem destaque. É o caso das políticas adotadas por i) José Américo em 1953 com a criação da Comissão do Desenvolvimento Econômico; ii) por Flávio Coutinho que desenvolveu uma série de incentivos fiscais em 1956; iii) por Pedro Gondim que criou o Conselho Estadual de Desenvolvimento em 1958 e o Fundo de Desenvolvimento Agrícola e Industrial em 1959; por João Agripino que criou o Fundo de Industrialização do Estado da Paraíba (FUNDESP) e a Companhia de Industrialização do Estado da Paraíba (CINEP) ambos em 1967 (MAIA, 1986).

Apesar de todo o esforço por parte do Estado em desenvolver uma indústria local, a Paraíba nunca teve uma posição de grande destaque quando a compara com outros estados, é o que confirma Koury (1986): “A participação da Paraíba [na produção industrial nacional] desde o início foi pouco significativa. Contava com 0,4% em 1907, 1,1% em 1920, 0,8% em 1938 e 0,6% em 1958...” (1986, p. 76).

Com a crise externa da década de 80, o governo brasileiro foi obrigado a adotar uma política fiscal restritiva que levou ao desmantelamento da política industrial (BRUM, 1997). Visando contornar a paralisia da indústria estadual, em 1986, o Governo Estadual cria o Fundo de Apoio à Industrialização da Paraíba (FAIN), administrado pela Companhia de Industrialização do Estado da Paraíba (CINEP), tendo o objetivo de incentivar a instalação de grandes empresas no setor industrial no estado.

Segundo Moutinho (2003) e Alves (2012) os setores que foram mais beneficiados pelas políticas do FAIN durante os anos de 1995 e 2000 foram o de calçados e artefatos de couro, têxtil, bebidas e minerais não metálicos. Os incentivos do FAIN continuam até os dias atuais e contribuem para o desenvolvimento industrial local (SILVA, TARGINO e BRASIL 2006). Somado a isso, com a Constituição de 1988, o ICMS passa a ser um imposto estadual, esse imposto se tornou desde então um dos principais mecanismos para atrair o capital industrial para a Paraíba.

Na década de 1990, a abertura comercial do país para o comércio internacional, a falta de uma política industrial ativa do Estado, a redução do investimento em infraestrutura, a “guerra fiscal” e uma política de juros reais muito elevados afetou tremendamente o setor da indústria de transformação da Paraíba, que só se recuperou devido a incentivos governamentais de atração ao investimento (PEREIRA, 2005; ALBUQUERQUE, 2014). Na década de 2000, a economia brasileira encontrava-se estável o que possibilitou uma grande atração de capital internacional, contudo a economia paraibana não se beneficiou de tal situação e manteve praticamente inalterada a parcela da indústria de transformação na composição do valor adicionado.

O que observamos no caso paraibano é o caráter preponderante do Estado no seu desenvolvimento industrial e econômico. A Paraíba se valeu, durante todo o século XX, e se vale atualmente de uma série de estratégias para atrair o máximo de capital industrial visando o desenvolvimento da região.

#### **IV. EVOLUÇÃO E COMPOSIÇÃO DO VALOR AGREGADO INDUSTRIAL**

Ao analisar a evolução da economia paraibana, os pesquisadores se depararam com o problema da mudança de metodologia adotada pelo IBGE. Houve uma mudança na metodologia do cálculo dos valores regionais no ano de 2002 que afeta parcialmente a comparação dos dados para toda a década. Por esse motivo foi feita uma análise entre os anos de 2002 a 2009 para dados de valor adicionado.

Analisando a Tabela 1, verifica-se que durante os anos de 2002 a 2009 o PIB da Paraíba cresceu 34,37%, o equivalente a uma taxa média de 3,76% ao ano. Esse crescimento não foi acompanhado pela indústria que registrou crescimento de apenas 26,83%. Já o setor da indústria de transformação<sup>3</sup> registrou um pequeno aumento na participação no PIB estadual e uma elevada participação no valor adicionado da indústria da Paraíba, já que registrou alta de 34,56% ao longo dos oito anos estudados, correspondendo a um crescimento médio anual de 3,78%. Vale salientar a considerável queda no valor adicionado do setor de extração mineral, 61,36%, além do vultoso crescimento do setor de construção que teve crescimento médio de 4,5% a.a., estimulado por programas federais.

Na Tabela 2 pode-se observar que a indústria perde participação no PIB estadual ao longo destes oito anos, mas que a indústria de transformação mantém sua relevância praticamente inalterada no período. A queda da participação da indústria se dá principalmente devido a recessão do subsetor extrativo.

É possível evidenciar que a redução na participação do setor industrial no PIB paraibano, também é verificada no âmbito brasileiro e nordestino. No Brasil, a participação do setor no PIB em 2004 foi de 25,84%, tendo esse valor se reduzido ao longo dos anos, chegando em 2009 com apenas 23,14%. O Nordeste também teve sua máxima em 2004, com a participação da indústria no PIB de 22,84%, reduzindo até 2009, quando atingiu 20,97% de participação.

---

<sup>3</sup> O setor industrial, para fins contábeis se subdivide em quatro: Indústria de Extração Mineral, Indústria de Transformação, Serviços Industriais de Utilidade Pública e Indústria de Construção Civil.

Tabela 1 – Paraíba: PIB\* estadual e do setor industrial por subsetores (2002 a 2009)

Ano	PIB	Indústria	Indústria extrativa mineral	Indústria de transformação	SIUP	Construção CIVIL
2002	10.321.326,50	2.182.410,27	51.970,43	934.424,89	616.208,03	579.806,91
2003	10.333.864,41	2.195.799,43	51.511,27	1.200.247,66	604.587,33	339.453,17
2004	10.149.143,77	2.124.940,65	56.105,88	1.046.912,09	597.034,50	424.888,17
2005	10.630.083,28	2.137.642,81	43.983,13	1.090.666,64	624.133,32	378.859,72
2006	11.844.279,54	2.333.609,49	53.754,01	1.063.152,61	671.827,42	544.875,45
2007	12.449.655,33	2.503.062,50	50.441,68	1.065.982,68	726.463,02	660.175,12
2008	13.301.103,93	2.563.422,55	47.245,27	1.178.573,03	660.296,93	677.307,31
2009	13.868.624,08	2.767.957,42	20.080,69	1.257.394,94	665.657,01	824.824,78
Taxa de Crescimento	34,37%	26,83%	-61,36%	34,56%	8,02%	42,26%
Taxa de Crescimento anual	3,76%	3,02%	-11,21%	3,78%	0,97%	4,50%

Fonte: IPEADATA– Elaboração própria.

Nota: (\*) Valores constantes, ano base 2000, em R\$ 1000,00.

Tabela 2 - Paraíba: Participação do setor de indústria e do subsetor de indústria de transformação no PIB e participação do subsetor de indústria de transformação no setor de transformação, entre os anos de 2002 e 2009

Ano	Indústria			Ind. Transformação			Ind. Transformação		
	PIB			PIB			Indústria		
	Brasil	Nordeste	Paraíba	Brasil	Nordeste	Paraíba	Brasil	Nordeste	Paraíba
2002	23,30%	21,54%	21,14%	14,52%	10,87%	9,05%	62%	50%	43%
2003	24,09%	21,83%	21,25%	15,59%	11,53%	11,61%	65%	53%	55%
2004	25,84%	22,84%	20,94%	16,49%	11,24%	10,32%	64%	49%	49%
2005	25,12%	22,66%	20,11%	15,52%	10,88%	10,26%	62%	48%	51%
2006	24,69%	22,03%	19,70%	14,91%	10,43%	8,98%	60%	47%	46%
2007	23,91%	21,27%	20,11%	14,64%	9,90%	8,56%	61%	47%	43%
2008	23,74%	21,09%	19,27%	14,15%	9,48%	8,86%	60%	45%	46%
2009	23,14%	20,97%	19,96%	14,36%	10,22%	9,07%	62%	49%	45%

Fonte: IPEADATA. Elaboração própria.

Assim como a Paraíba, tanto o Brasil como o Nordeste permaneceu com taxas de participação do subsetor de transformação no PIB praticamente inalteradas. O Brasil, que apresentava participação de 14,52% em 2002, elevou sua participação para 16,49% em 2004, reduzindo desde então e fechando com 14,36%. O Nordeste registrou máxima em 2003, 11,53%, tendo a participação do subsetor se reduzido até o fim da década, fechando 2009 com certa recuperação, 10,22%. A Paraíba também registrou máxima em 2003, de 11,61%, tendo essa participação se reduzido até 2007 e apresentado recuperação nos últimos dois anos.

A participação do subsetor de indústria de transformação no valor adicionado industrial aumentou na Paraíba, se reduziu no Nordeste e permaneceu constante no Brasil, quando considerado todo o período estudado. Pode-se perceber que essa relação tem máxima no Brasil e no Nordeste no ano de 2003, 65% e 53% respectivamente, reduzindo até 2006 e apresentando uma tendência de recuperação até o fim da década, 62% e 49%, respectivamente, em 2009. A Paraíba também apresentou máxima em 2003, 55%; a sua

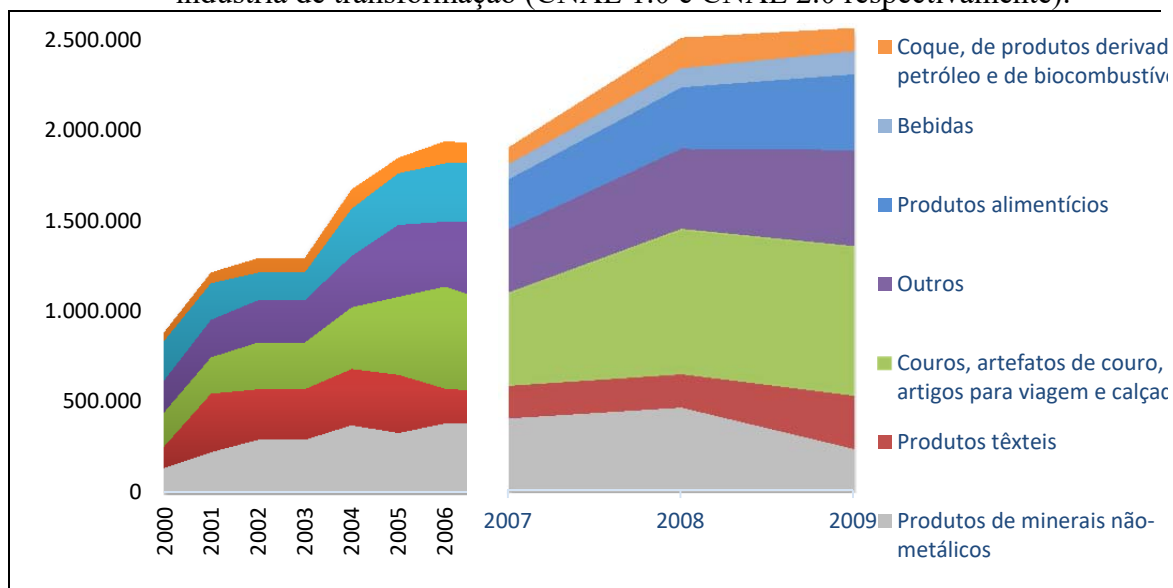
participação apresentou momentos de alta e redução no decorrer do período, fechando a década com a indústria de transformação correspondendo a 45% do valor adicionado total da indústria paraibana.

A informação mais importante que a Tabela 2 revela é a discrepância existente quando comparada a participação do setor de indústria de transformação, no PIB e no setor industrial como um todo, no Brasil, no Nordeste e na Paraíba.

A participação da indústria no PIB brasileiro no período estudado foi em média de 24,23%, enquanto no Nordeste essa relação é de 21,78%, na Paraíba ela é 20,31%. A participação do setor de transformação no PIB demonstra uma discrepância ainda maior do sistema produtivo nacional, o Brasil registrou em média 15% de participação desse subsetor no PIB, enquanto o Nordeste apenas 10,57% e a Paraíba 9,59%. Quando comparamos a participação do subsetor de transformação no valor adicionado industrial, a diferença é ainda mais perceptível, registra-se participação média de 62% no caso brasileiro, 48,5 no nordestino e 47,25 no paraibano.

Na Paraíba, ao longo da década, cerca de quatro quintos (80%) do valor da indústria de transformação foram determinados por apenas cinco ramos industriais como demonstra o gráfico 1. Estes setores são i) preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados; ii) produtos minerais não-metálicos; iii) Alimentos e bebidas; iv) produtos têxteis e v) coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool.

Gráfico 1 – Paraíba: Participação dos principais subsetores no valor da transformação da indústria de transformação (CNAE 1.0 e CNAE 2.0 respectivamente).



Fonte: IBGE. Elaboração própria.

O subsetor de artigos de couro é que tem a maior parcela no VTI da indústria de transformação, correspondendo a 21,3% no ano de 2000, chegando a representar mais de 25,7% em 2007. Desse modo, durante os oito primeiros anos da década o mesmo setor apresentou crescimento de cerca de 4% na participação do valor de transformação industrial, com média de 22%, desvio padrão de 3,9%. O setor apresentou máxima, em 2006, de 29,05% e mínima de 16,5%, em 2001. Pelo CNAE 2.0, sua participação foi de 27,11% em 2007, 32,04% em 2008 e 32,28% em 2009. Desse modo, durante os três últimos anos da década o mesmo setor apresentou crescimento de cerca de 5% na participação do VTI, com média de 30,5% e desvio padrão de 2,9%.



O subsetor de produtos minerais não metálicos é o que possui a segunda maior participação da indústria de transformação, correspondendo a 15,64%, no ano de 2000, e atingindo a parcela de 20,14%, em 2007. Durante o período estudado o setor apresentou crescimento de 4,5% na participação do VTI, com média de 20% e desvio padrão de 2,55%. O subsetor apresentou máxima de 22,71, em 2003, e mínima de 15,64%, em 2000. Pelo CNAE 2.0, este subsetor continua com a segunda maior participação da indústria de transformação, correspondendo a 21,28%, no ano de 2000, 18,52% em 2008, tendo reduzido pela metade sua participação em 2009, 9,2%. Sendo assim, durante os três últimos anos da década, o setor apresentou redução de -12,08% na participação do VTI, com média de 16,33% e desvio padrão de 6,33%.

O subsetor têxtil representa a terça maior parcela do VTI, com 13,23% do mercado, em 2000, perdendo espaço ao longo do período e registrando grandes quedas nos anos de 2006 e 2007, registrando, nesse último ano, apenas 9% do VTI. Sendo observada uma retração superior a 4,2% durante os oito primeiros anos da década de 2000 em seu valor adicionado. Teve média de 17,2%, com desvio padrão de 6,1%. O subsetor apresentou máxima de 26,5%, em 2001 e mínima de 9%, em 2007. Pelo CNAE 2.0, este setor representa agora a quarta maior parcela do VTI, com 9,49% do mercado em 2007, 7,34% em 2008 e 11,5% em 2009. Teve média de 9,44%, com desvio padrão de 2%.

O subsetor de alimentos e bebidas representou ao longo da década o quarto maior ramo da indústria de transformação no que se refere ao VTI. Sua participação que era de 24,6%, em 2000, se reduziu a 17,71%, em 2007, queda de 6,9%. Teve média de 16,26% e desvio padrão de 4%. O setor registrou máxima em 2000 e sua mínima foi de 11,76% em 2003. Este setor foi subdividido pelo CNAE 2.0. O subsetor de produtos alimentícios, nos três últimos anos da década, ultrapassou o têxtil e assumiu a terceira colocação na participação do VTI do Estado. Sua participação média foi de 14,76%, com desvio padrão de 1,45%. Registrou participação de 14,44% em 2007, 13,52% em 2008 e 16,35% em 2009. O subsetor de bebidas representou apenas o sexto maior ramo da indústria de transformação no que se refere ao VTI. Sua participação que era de 4,41% em 2007, passou para 4,23%, em 2008 e 5,02% em 2009. Teve média de 4,55% e desvio padrão de 0,42%.

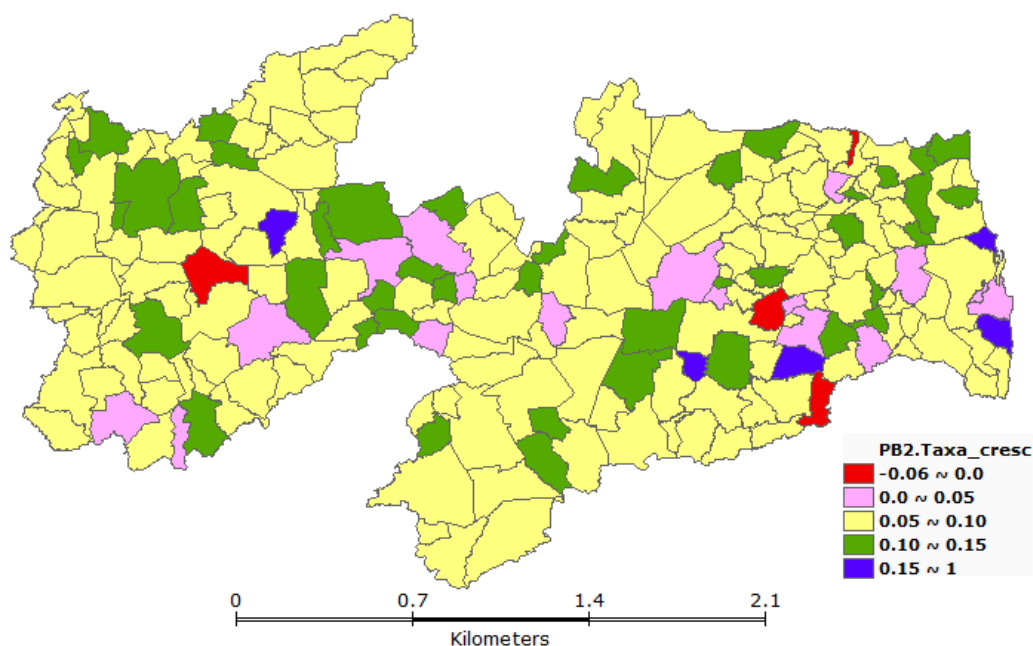
O subsetor de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool representa o quinto maior setor do VTI estadual, registrando 5,4% de participação em 2000, reduzindo para 4,62%, em 2007, uma queda de 0,8%. O subsetor apresentou média de 5,56%, com desvio padrão de 0,78%. O subsetor teve máxima de 6,36% em 2004 e mínima em 2007. Pelo CNAE 2.0, este subsetor continuou nos últimos três anos da década representando o quinto maior VTI estadual, registrando participação de 4,89% em 2007, 6,74% em 2008 e 4,97% em 2009. O setor apresentou média de 5,53%, com desvio padrão de 1,05%.

O desenvolvimento da atividade industrial na Paraíba ao longo da década pode ser melhor observado na forma de cartogramas, visto que facilitam a absorção das informações mais relevantes. No Cartograma 1, é possível visualizar o crescimento anual do valor adicionado industrial nos municípios da Paraíba entre 2000 e 2009. Em vermelho, temos 4 municípios que registraram decréscimo no valor adicionado industrial, em rosa estão 17 municípios que tiveram um crescimento entre 0% e 5%, em bege estão marcados 156 municípios que tiveram crescimento entre 5% e 10%, em verde encontram-se 41 municípios com crescimento entre 10% e 15%, e em azul estão 5 municípios que tiveram crescimento superior a 15%.

Os municípios que tiveram crescimento no valor adicionado anual superior a 15% foram Caturité, Itatuba, São Bentinho, Lucena e Conde. Eles tiveram um crescimento médio anual de 27,51%, 20,2%, 17,15%, 16,9%, 15,25% na década, respectivamente.

Dado o valor adicionado industrial, o município que obteve grande destaque foi Caturité (27,51%), que teve um aumento de R\$ 4.263.810 reais (lembrando que esse valor é referente a todo setor industrial), registrando também um crescimento anual no PIB (9,41%) bem acima do estadual. No tocante à geração de empregos, ocorreu um aumento no quadro de funcionários de 268 empregos, dentre eles 161 no setor da indústria de transformação, também houve a criação de duas novas empresas neste mesmo setor. O município é localizado na mesorregião do Borborema e sua principal atividade econômica é a pecuária para produção de leite, suas maiores indústrias são a SEBRAL (Leite Vita) e COAPECAL (Leite Cariri), além de possuir outras indústrias no ramo de beneficiamento de produtos alimentícios. (FAMUP, 2011 Apud Espaço Ecológico no Ar, 2011)

Cartograma 1 – Paraíba: Crescimento anual média do valor adicionado industrial entre 2000 e 2009, segundo os municípios.



Elaboração própria com auxílio do programa TerraView. Fonte de dados: IBGE

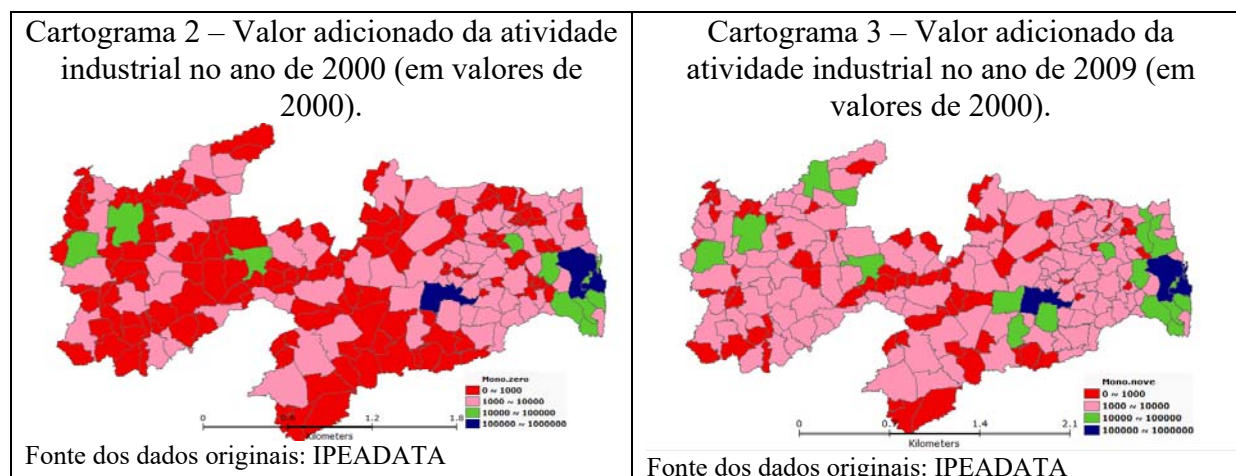
O município de Itatuba também possui destaque com um crescimento anual no período estudado no valor adicionado industrial de 20,2%, que corresponde a um aumento de R\$ 5.935.215 a preços básicos de 2000. O mesmo município registrou uma taxa de crescimento anual no PIB de 6,56%, apesar de ter reduzido o número de empresas (conta com apenas uma empresa) no setor de indústria de transformação, teve um crescimento no número de empregos de cerca de 310% ao longo da década, equivalente a geração de 103 novos empregos.

O município de São Bentinho foi o terceiro que mais cresceu em termos de valor adicionado industrial, 17,15%, que corresponde a um aumento de R\$ 1.311.334 a preços básicos de 2009. O mesmo registrou uma taxa de crescimento anual no PIB de 5,29%. O município de Lucena foi o quarto, crescendo a uma taxa anual média de 16,9%, correspondendo a um aumento de R\$ 6.373.609, também teve crescimento anual do PIB, de 4,06%, gerando 258 empregos na década no setor de indústria de transformação. O município de Conde registrou o quinto maior crescimento no PIB industrial da Paraíba, 15,25%, correspondendo a R\$ 32.915.675. O município registrou crescimento anual médio de 9,2%, tendo criado 444 novos empregos ao longo da década no setor de indústria de transformação.

Os municípios que tiveram taxas negativas no valor adicionado industrial foram Massaranduba que registrou um decréscimo de 5,23% ao ano, Logradouro com uma queda de 4,49% a.a., Coremas com -1,82% a.a. e Natuba com -0,7%a.a.

Massaranduba teve uma queda de R\$ 1.584.525, em valores de 2009, ao longo da década no setor industrial. O que repercutiu para o seu baixo crescimento médio no PIB, que foi de 1,27% a.a., ocorrendo uma grande redução no número de empregos no setor de transformação, 292. Logradouro teve uma redução de R\$ 414.015 no PIB industrial, sendo registrada uma redução de 167 empregos no setor de indústria de transformação. Seu crescimento no PIB foi bem inferior ao do Estado, 2,41% a.a.. O município de Coremas teve uma redução de R\$ 539.334 no PIB industrial, tendo aumentado seu quadro de funcionários em 19 pessoas no setor de indústria de transformação. O município registrou crescimento de 1,96% a.a. no PIB. Natuba teve uma redução de apenas 0,7% a.a. no PIB industrial, correspondendo a R\$ 127.644. O PIB do município cresceu em média 0,7% ao ano.

Nos Cartogramas 2 e 3 é possível verificar a participação dos municípios paraibanos no valor agregado industrial do Estado. Os cartogramas apresentam o valor adicionado industrial, a preços de 2000, para todos os municípios do Estado. Os municípios que apresentaram valor da produção industrial inferior a R\$ 1.000.000 por ano estão em vermelho, aqueles que produziram entre R\$ 1.000.000 e R\$ 10.000.000 em rosa, os que tiveram produção entre R\$ 10.000.000 e R\$ 100.000.000 em verde, e os que registraram produção superior a R\$ 100.000.000 estão em azul.



Elaboração Própria

Os municípios de João Pessoa, Campina Grande e Santa Rita são os únicos que aparecem em azul durante os anos de 2000 e 2009, esses municípios apresentaram valores adicionados da produção industrial superiores a 100 milhões de reais. O crescimento desses municípios foi de 3,98%, 4,61% e 5,01 (equivalente a um aumento de R\$ 291.474.619, R\$ 198.133.404 e R\$86.418.715 reais a preços básicos de 2000), respectivamente, no que concerne ao crescimento anual do valor adicionado industrial entre 2000 e 2009.

Ao comparar os dois gráficos é possível observar que em praticamente todo o estado houve um crescimento do valor adicionado industrial. No ano de 2000, 138 municípios contavam com uma produção industrial inferior a R\$ 1.000.000 por ano, 71 produziam entre R\$ 1.000.000 e R\$ 10.000.000, 11 produziam entre R\$ 10.000.000 e 100.000.000. No ano de 2009 é possível ver uma grande mudança, apenas 66 municípios contavam com uma produção industrial inferior a R\$ 1.000.000 por ano, 136 produziam entre R\$ 1.000.000 e R\$ 10.000.000, e 17 produziam entre R\$ 10.000.000 e 100.000.000.

## V. Evolução e composição da quantidade de estabelecimentos da indústria de transformação na Paraíba

Ao longo da década de 2000, a Paraíba experimentou um forte crescimento no número de estabelecimentos. Segundo dados da RAIS, durante a década o número de estabelecimentos formais no Estado cresceu 52%, passando de 20,8 mil para 31,8 mil. Os estabelecimentos industriais também apresentaram a mesma tendência de crescimento, embora em um ritmo menos acelerado (35%), verificando-se uma redução na participação do número de estabelecimentos industriais no total estadual. A indústria que representava 18,4% do total de estabelecimentos no Estado, em 2000, sofreu uma redução em sua participação para 16,33%, em 2009, do total dos estabelecimentos acompanhada pelo aumento da participação do setor comercial, que cresceu de 40% para cerca de 44%.

Na indústria de transformação também ocorreu o mesmo comportamento, tendo sido registrada uma taxa de crescimento no número de estabelecimentos da ordem de 34% na década. Durante todo o período, o número de estabelecimentos da indústria de transformação representou, em média, 57% do total dos estabelecimentos industriais. No ano 2000, a Paraíba contava com 2.188 unidades, tendo atingido, em 2009, o número de 2.935 estabelecimentos.

A taxa média de crescimento anual na quantidade de estabelecimentos da indústria de transformação, durante a década de 2000, foi de 2,98%. O ano de 2006 foi o grande destaque neste quesito, tendo registrado um saldo de 199 empresas criadas, o que representou um aumento de 8,43% no número de estabelecimentos quando comparado com o ano imediatamente anterior. Como foi apresentado na cessão anterior, as empresas procuram o estado devido às facilidades encontradas no que se refere aos fatores de mão de obra, matéria prima e concessões políticas, tais como isenções de impostos e doações de terrenos.

A indústria da construção civil ocupa a segunda posição em termos de número de estabelecimentos industriais. Chama a atenção o comportamento do número dos estabelecimentos dos SIUP. Eles são pouco numerosos, embora esse ramo industrial tenha ocupado posição relevante em termos de participação no valor da transformação industrial, indicando se tratar de grandes unidades econômicas.

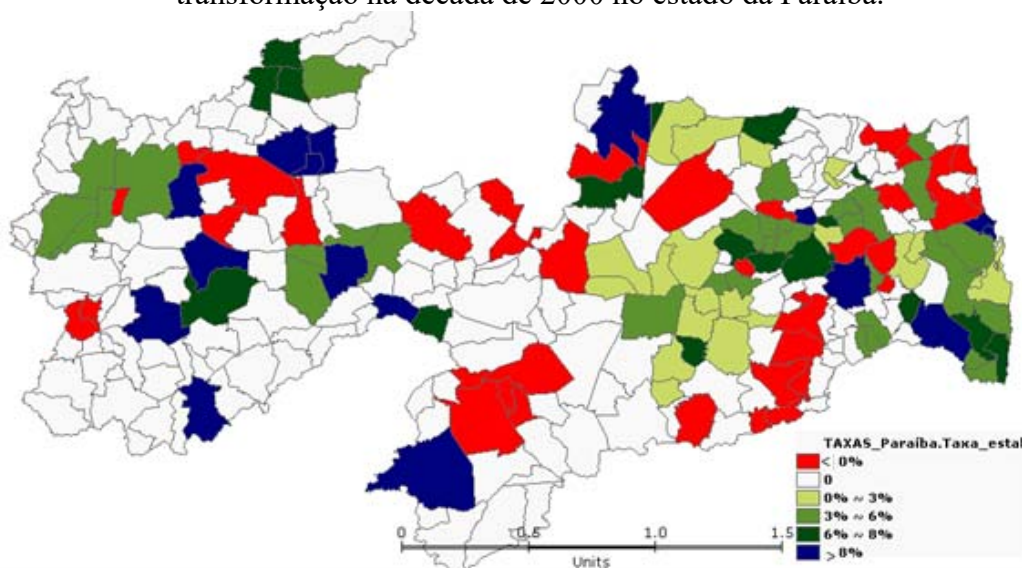
No que trata da indústria de transformação, a distribuição dos seus estabelecimentos se deu de forma bastante diferenciada entre os municípios paraibanos ao longo da década. No Cartograma 4, pode-se visualizar a taxa de variação no número desses estabelecimentos ao longo da década nos municípios paraibanos. Os municípios em branco são aqueles que não possuíam nenhuma indústria em 2000, dessa forma o crescimento do número de estabelecimentos nessas cidades não foi computado.

Em azul, contam-se 13 municípios que registraram aumento superior a 8% ao ano no número de indústrias de transformação, em verde escuro se encontram 15 municípios que tiveram crescimento entre 6% e 8%, em verde (intermediário) estão 20 outros municípios que registraram crescimento entre 3% e 6%, em verde claro estão os 13 municípios que tiveram crescimento entre 0% e 3% no número de estabelecimentos. Já os 28 municípios que tiveram mais fábricas fechadas que abertas estão representados na cor vermelha.

Os municípios que apresentaram as taxas mais elevadas no que se refere à quantidade de indústrias de transformação abertas foram Lucena e Itaporanga, ambos tiveram um aumento de 18,59% ao ano na quantidade de estabelecimentos durante a década de 2000. Lucena obteve uma variação positiva de nove estabelecimentos, enquanto Itaporanga obteve uma variação positiva em 18 estabelecimentos durante o mesmo período.

Os municípios que contaram com as maiores variações na quantidade de estabelecimentos durante a década estudada foram Campina Grande, João Pessoa e Souza com 171, 128 e 48 indústrias, respectivamente. O que lhes conferiu um crescimento anual de 2,57%, 1,8% e 5,42%, respectivamente, durante a década.

Cartograma 4 - Crescimento anual da quantidade de estabelecimentos do setor de transformação na década de 2000 no estado da Paraíba.



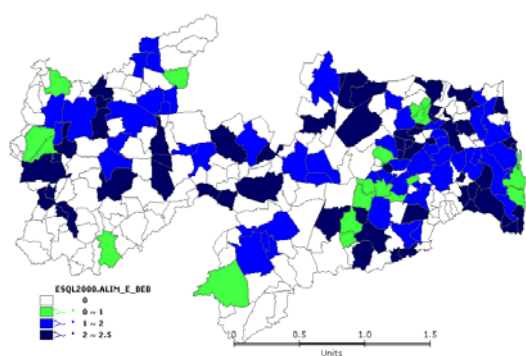
Fonte: Elaboração Própria com auxílio do programa TerraView. Dados: RAIS

Já os municípios que apresentaram maior quantidade de empresas durante toda a década foram João Pessoa, Campina Grande, Patos, Santa Rita e Souza, exatamente nessa ordem. Esses municípios terminaram a década com 783, 763, 135, 116 e 117 unidades, respectivamente. Os municípios de Santa Rita e Souza apresentaram, durante a década, quantidades semelhantes no número de estabelecimentos industriais, em alguns anos o primeiro possuía mais empresas que o segundo em outros anos ocorreu o contrário, tendo o primeiro município maior destaque nesse requisito.

Um estudo mais aprofundado da distribuição espacial dos estabelecimentos industriais pode ser feito a partir do cálculo do indicador de Quociente Locacional (QL). Este indicador revela a importância relativa de um setor da indústria em um determinado município, expondo em qual município do Estado o setor em análise está mais concentrado. Quando o QL é maior que 1 o setor industrial é mais importante no município do que no Estado. Os cartogramas apresentados a seguir (5 ao 10) foram feitos tendo em vista os ramos industriais do setor de transformação mais importantes da economia local, tendo como referência o próprio ramo no contexto do Estado, em termos de quantidade de estabelecimentos.

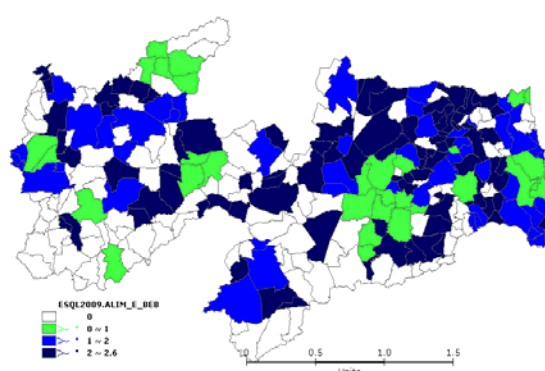
Nos Cartogramas 5 e 6 é possível visualizar o mapa do estado da Paraíba com os municípios caracterizados por seu quociente locacional no setor de alimentos e bebidas nos anos de 2000 e 2009, respectivamente. Podemos perceber que em vários municípios o subsetor de alimentos e bebidas é o que possui maior relevância entre os setores da indústria de transformação no tocante à quantidade de estabelecimentos. É interessante notar que os municípios com maior peso na quantidade de estabelecimentos da indústria de transformação, João Pessoa e Campina Grande não têm o ramo de alimentos e bebidas como um dos mais importantes da indústria de transformação, pelo menos a sua importância nestes municípios é inferior à importância deste setor no Estado. Podemos perceber também que ocorre uma alteração ao longo da década ao comparar os dois cartogramas, isto é, aumenta o grau de concentração deste ramo em vários municípios do Estado.

Cartograma 5 - Quociente Locacional dos estabelecimentos do ramo de Alimentos e Bebidas no de 2000.



Fonte dos dados originais: RAIS

Cartograma 6 - Quociente Locacional dos estabelecimentos ramo de Alimentos e Bebidas no de 2009.

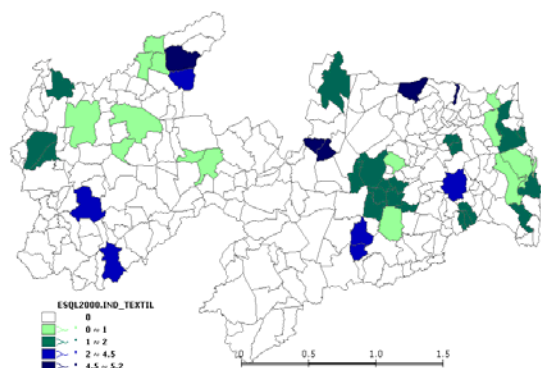


Fonte dos dados originais: RAIS

Elaboração própria.

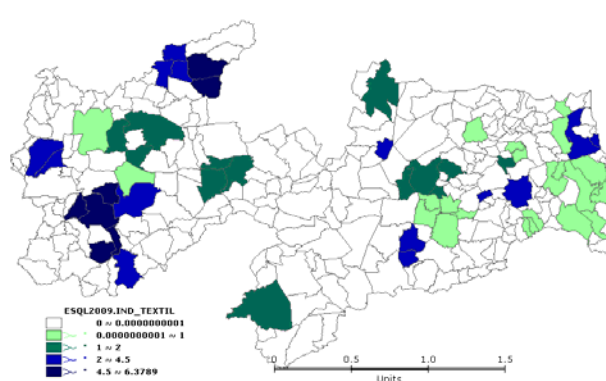
Já o ramo têxtil (Cartogramas 7 e 8) tem um coeficiente locacional superior a 1 em poucos municípios. No ano de 2000, esse ramo era importante em João Pessoa e Campina Grande, dentre outros municípios. Em 2009, o número de municípios que têm o setor têxtil como de grande relevância aumenta, mas João Pessoa e Campina Grande saem dessa lista. Merece destaque o município de São Bento, na microrregião de Catolé do Rocha, que tem sua economia centrada na produção de redes, havendo um transbordamento dessa atividade para os municípios vizinhos. No município de Itaporanga, também se observa um crescimento acentuado da indústria têxtil na última década.

Cartograma 7 - Quociente Locacional dos estabelecimentos ramo têxtil no de 2000.



Fonte dos dados originais: RAIS

Cartograma 8 - Quociente Locacional dos estabelecimentos ramo têxtil no de 2009.

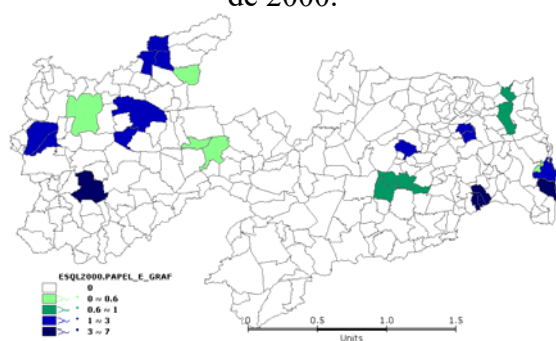


Fonte dos dados originais: RAIS

Elaboração Própria

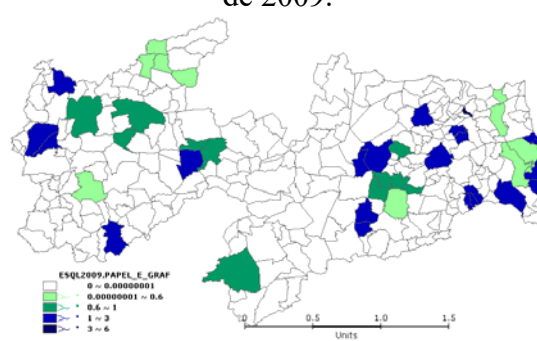
No que se refere ao ramo de papel e gráfica, o terceiro ramo que mais possui estabelecimentos na esfera de transformação em todo o Estado, ele tem relevância para poucos municípios como João Pessoa, Conde, Itaporanga e outros. Entre o ano de 2000 e 2009 também se registrou um aumento na quantidade de municípios que auferem maior relevância nesse setor, quando comparado com o Estado, no tocante à quantidade de estabelecimentos (veja Cartogramas 9 e 10).

Cartograma 9 - Quociente Locacional dos estabelecimentos setor de Papel e Gráfica no de 2000.



Fonte dos dados originais: RAIS

Cartograma 10 - Quociente Locacional dos estabelecimentos setor de Papel e Gráfica no de 2009.



Fonte dos dados originais: RAIS

## V. EVOLUÇÃO E COMPOSIÇÃO DO EMPREGO NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DA PARAÍBA

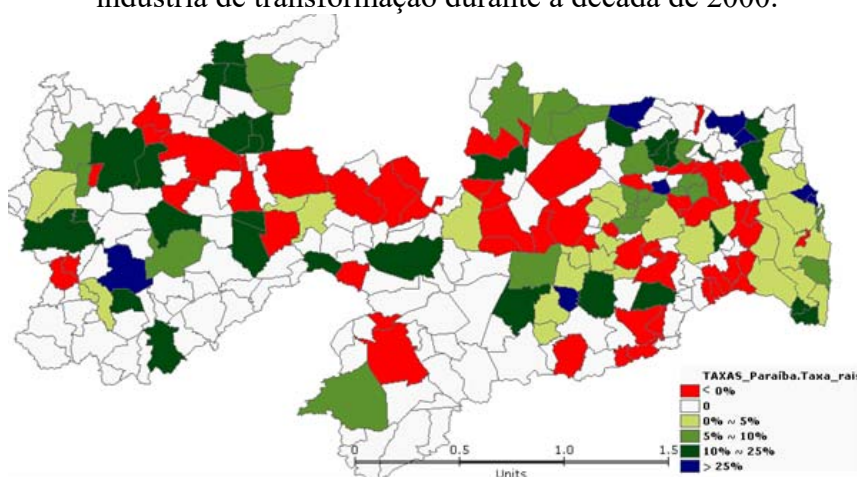
Ao longo da década de 2000 ocorreu um aumento na quantidade de empregos registrados no subsetor da indústria de transformação na Paraíba. Esse aumento foi de 4,24% ao ano, superior ao aumento anual de 2,98% na quantidade de estabelecimentos no Estado. Esse número pode indicar que está ocorrendo um aumento no número de empresas mais intensivas em mão de obra do que em capital, podendo corroborar para esta tese o fato de que a mão de obra no Estado é barata, daí a preferência dos empresários por processos produtivos que a utilizem mais intensamente. Também pode indicar que se instalaram no Estado, ao longo da década, grandes empresas que demandaram mão de obra em quantidade maior do que as empresas anteriormente estabelecidas (FERNANDES, 2012).

Segundo dados da RAIS, ao longo da década ocorreu um aumento significativo no número de pessoas empregadas nesse subsetor. Esse número que era de 45.045, em 2000, passou para 68.213, em 2009, o que equivale à criação de mais de 23 mil postos de trabalhos. Durante o período estudado, os únicos anos que ocorreram mais demissões do que contratações foram os anos de 2001 e 2003, com 887 e 2.977 demissões a mais que contratações, respectivamente.

O ano de 2007 foi o que registrou o maior crescimento no número de postos de trabalhos criados no subsetor de transformação, com um crescimento de 11,57%. No ano de 2006, quando se registrou o maior aumento absoluto no número de estabelecimentos neste setor, o número de contratações aumentou apenas 6,96%.

No Cartograma 11, podemos visualizar a variação no número de empregos ao longo da década nos municípios paraibanos. Os municípios em branco são aqueles que não possuíam nenhum emprego nesse subsetor em 2000, dessa forma o crescimento do número de estabelecimentos nesses municípios não foi computado.

Cartograma 11 – Paraíba: Variação anual do saldo do número de pessoal contratado pela indústria de transformação durante a década de 2000.



Elaboração Própria com auxílio do programa TerraViews. Fonte de dados RAIS.

Em azul, contamos 6 municípios que registraram aumento superior a 25% ao ano no saldo do número de contratações no setor de transformação, em verde escuro se encontram 21 municípios que tiveram crescimento anual entre 10% e 25%, em verde (intermediário) estão 16 outros municípios que registraram crescimento entre 5% e 10%, em verde claro estão os 20 municípios que tiveram crescimento entre 0% e 5% no número empregos criados. Já os 42 municípios que tiveram mais demissões que contratações estão representados na cor vermelha.

Os municípios que apresentaram as taxas mais elevadas no que se refere à quantidade de empregos criados foram Pilões, Lucena, Araruna, Jacaraú, Caturité e Itaporanga, com um aumento de 50,34%, 41,96%, 40,67%, 36,83%, 28,73% e 27,89% ao ano, respectivamente. No tocante ao número de empregos criados foi registrado um aumento de 58, 258, 88, 22, 161, 514, respectivamente.

Os municípios que contaram com os maiores saldos positivos na variação da quantidade de empregos criados durante a década estudada foram Campina Grande, João Pessoa, Santa Rita, Caaporã, Mamanguape, Guarabira e Cabedelo com 6161, 3751, 2214, 2028, 1753, 1301 e 1055, respectivamente. O que lhes conferiu um crescimento de 4,87%, 2,64%, 3%, 17,12%, 20,61%, 9,62% e 6,83% ao ano, respectivamente, durante a década.

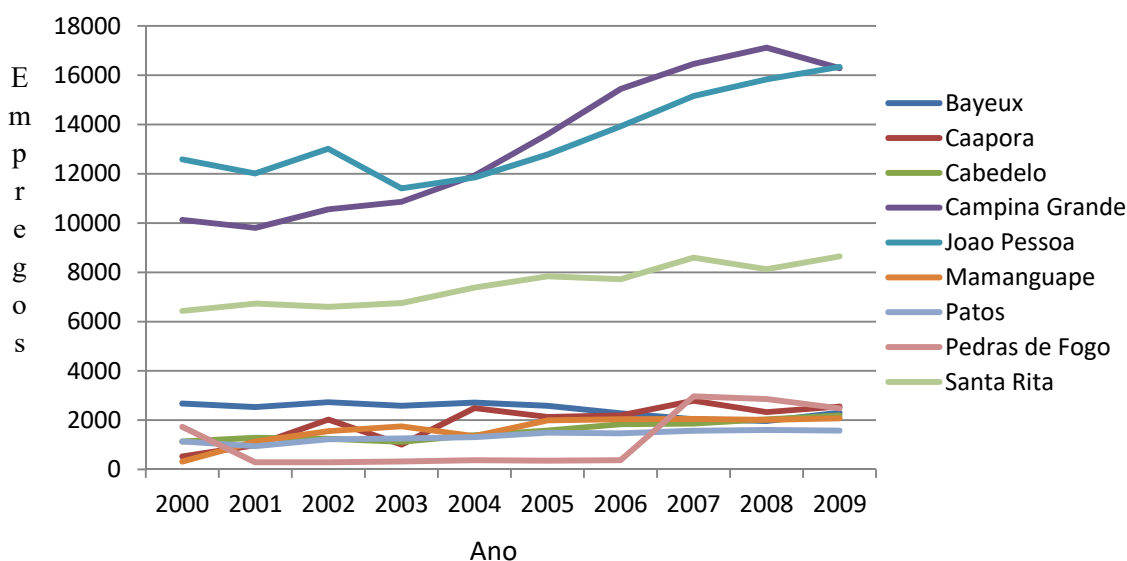
Já os municípios que apresentaram maior quantidade de empregos no setor de transformação durante toda a década foram João Pessoa, Campina Grande, Santa Rita, Bayeux e Caapora, exatamente nessa ordem. Esses municípios terminaram a década com 16.338, 16.287, 8.645, 2.307 e 2.554 trabalhadores, respectivamente.

Vale observar o comportamento da evolução no número de postos de trabalho das cidades de Bayeux e Caaporã. No início da década, Bayeux contava com 2.669 empregados, ou seja, houve uma redução em seu quadro de funcionários de 1,45% a.a. em média, enquanto que Caaporã, que possuía apenas 526 funcionários, mais de dobrou a quantidade de postos de trabalho. Outra observação que podemos fazer é com relação ao número de empregos gerados no subsetor de transformação em João Pessoa e Campina Grande. Esses municípios se revezam na primeira colocação dos municípios que mais empregam na indústria de transformação no estado.

Observando o Gráfico 2, fica claro que João Pessoa e Campina Grande são os municípios que mais absorvem mão de obra no subsetor de transformação industrial, seguidos por Cabedelo. Já o município de Bayeux registrou a maior redução de mão de obra na década, 362 funcionários. Vale observar a evolução na quantidade de empregos que registrou Campina Grande, superando João Pessoa em 2004, perdendo seu lugar apenas em 2009.



Gráfico 2 – Paraíba: Evolução do emprego no subsetor da indústria de transformação, segundo os principais municípios (2000 – 2009).



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados estatísticos disponíveis pelo RAIS.

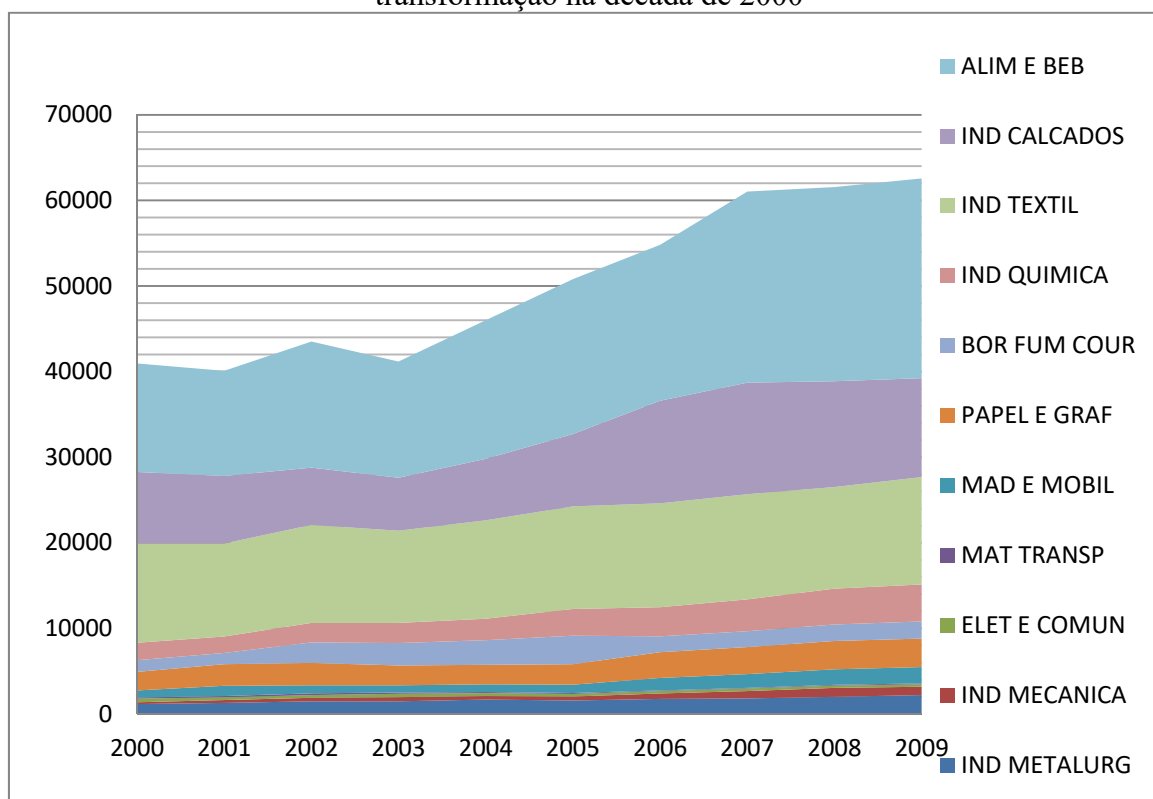
Durante todo o período estudado o setor de transformação representou, em número de empregos, o maior componente da indústria paraibana, chegando a compor mais de 70% dos empregos industriais do Estado durante os anos de 2005, 2006 e 2007.

No que se refere a este subsetor, a Paraíba disponibilizou mais empregos no segmento de alimentos e bebidas seguido pelo de indústrias têxteis e de calçados, conforme mostra o gráfico 3. O primeiro ramo representou um aumento substancial no decorrer da década, com 10.657 novas vagas de trabalho que correspondem a 6,29% de crescimento anual, lembrando que esse mesmo setor foi o que mais abriu estabelecimentos na década, totalizando 245 novas unidades, correspondendo a um crescimento de 2,71% ao ano. O seguimento que demonstrou maior crescimento foi o de mecânica com 5849 novos empregos, correspondendo a um crescimento anual de 15,95% no quadro de funcionários. O ramo de mecânica também foi o que registrou a maior taxa de crescimento no número de empresas no estado ao longo da década, 8,84%.

A seguir, são apresentados os cartogramas relativos ao quociente locacional do número de empregados entre os municípios paraibanos (Cartogramas 12 ao 17), visando demonstrar como os municípios atribuem relevância para os ramos do subsetor da indústria de transformação no tocante à quantidade de empregos gerados. Desse modo, se um município apresenta QL superior a 1 significa que proporcionalmente no município se empregam mais pessoas no setor do que no Estado, considerando apenas os setores de transformação.

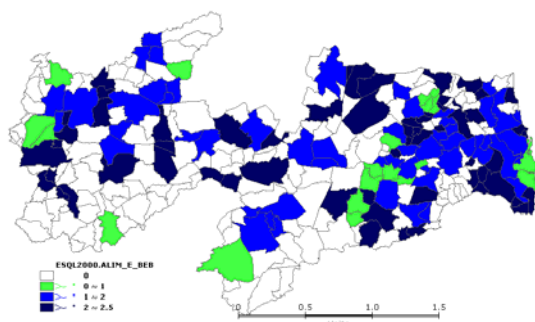
Os Cartogramas 12 e 13 contém o QL com relação à quantidade de empregos do ramo de alimentos e bebidas nos anos de 2000 e 2009. Podemos perceber que este ramo possui grande importância para o emprego em todo o Estado e que, ao longo da década, essa importância aumenta e se propaga por mais municípios, assim como ocorreu quando foi considerada a quantidade de indústrias (Cartogramas 5 e 6).

Gráfico 31 – Paraíba: Evolução da composição na quantidade de empregos do setor de transformação na década de 2000



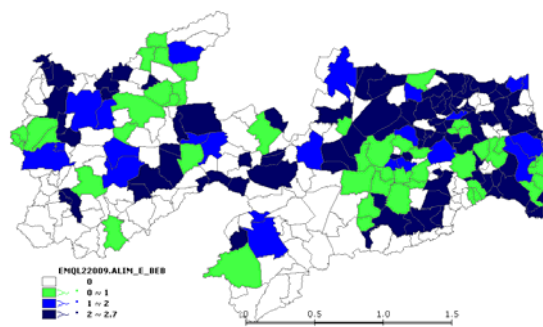
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados estatísticos disponíveis pelo RAIS.

Cartograma 12 – Paraíba: Quociente Locacional do número de empregos do setor de Alimentos e Bebidas no de 2000.



Fonte: RAIS Elaboração Própria com auxílio do programa TerraViews.

Cartograma 13 – Paraíba: Quociente Locacional do número de empregos do setor de Alimentos e Bebidas no ano de 2009.

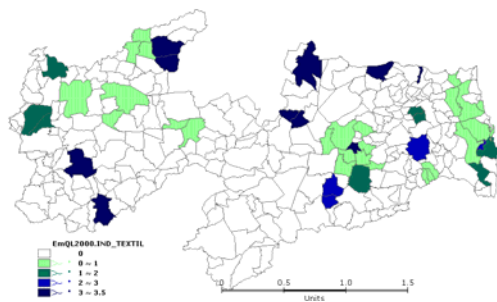


Fonte: RAIS Elaboração Própria com auxílio do programa TerraViews.

Elaboração Própria com auxílio do programa TerraViews. Fonte de dados RAIS.

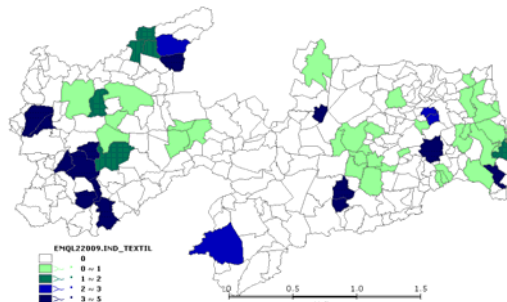
Os Cartogramas 14 e 15 contêm o QL com relação à quantidade de empregos do setor têxtil nos anos 2000 e 2009, respectivamente. Podemos perceber que a situação não se altera muito com o passar da década e que são poucos os municípios que têm uma grande quantidade de pessoas trabalhando no setor quando comparamos ao Estado. O município de João Pessoa é um deles e apresentou durante a década uma grande quantidade de pessoas trabalhando no setor.

Cartograma 14 – Paraíba: Quociente Locacional do número de empregos do setor têxtil no de 2000.



Fonte: RAIS Elaboração Própria com auxílio do programa TerraViews.

Cartograma 15 – Paraíba: Quociente Locacional do número de empregos do setor têxtil no de 2009.

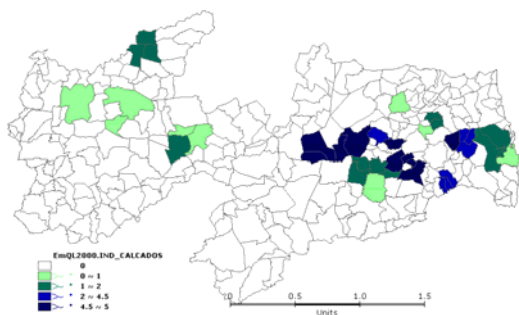


Fonte: RAIS. Elaboração Própria com auxílio do programa TerraViews.

Elaboração Própria com auxílio do programa TerraViews. Fonte de dados RAIS.

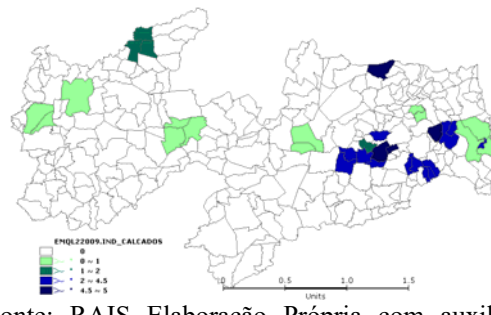
Os Cartogramas 16 e 17 apresentam o QL com relação à quantidade de empregos gerados pelo ramo de artigos de couros nos anos 2000 e 2009, respectivamente. Temos que a quantidade de pessoas empregadas nesse ramo esta restrita a um pequeno número de municípios, sendo de grande importância para a geração de emprego no município de Campina Grande, entre outros.

Cartograma 16 – Paraíba: Quociente Locacional do número de empregos do setor de calçados no de 2000.



Fonte: RAIS Elaboração Própria com auxílio do programa TerraViews.

Cartograma 17 – Paraíba: Quociente Locacional do número de empregos do setor de calçados no de 2009.



Fonte: RAIS Elaboração Própria com auxílio do programa TerraViews.

Elaboração Própria com auxílio do programa TerraViews. Fonte de dados RAIS.

Depois de apresentar a evolução do valor agregado, do número de estabelecimento e do emprego da indústria de transformação, podemos então fazer algumas considerações sobre este subsetor na Paraíba.

## VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa bibliográfica realizada e apresentada neste artigo, aponta que a implementação da indústria na região se deu em grande medida devido a incentivos do Estado, que atuou através de diferentes formas de incentivos, tais quais o de formação de mão-de-obra, doação de terrenos, isenções fiscais, dentre outros. Na medida em que o Estado deixa de fomentar o setor, este tende a crescer menos que os demais, reduzindo sua importância. Portanto, pode-se afirmar que o processo de desenvolvimento do setor industrial paraibano deu-se de forma tardia e subordinada à ação do Estado.

Na década estudada, os dados apontam que o subsetor da indústria de transformação ocupa um papel de destaque tanto em termos de participação no valor agregado, quanto no número de estabelecimentos e de geração de emprego. E, que entre 2002 e 2009, o valor agregado da indústria de transformação teve um crescimento acima do setor industrial e do PIB estadual, ainda que essa diferença tenha sido de poucos décimos percentuais. Dessa forma, o setor de transformação elevou sutilmente sua participação na economia da Paraíba.

Quando se compara o estado da Paraíba com a região Nordeste e com o Brasil, verifica-se uma defasagem considerável no que toca ao desenvolvimento do setor industrial e principalmente do subsetor de transformação. Contudo a Paraíba apresentou uma aproximação, no que toca à participação do setor de transformação no PIB e na indústria estadual, com o Nordeste e com o Brasil durante o período analisado.

Os dados analisados demonstraram que desempenho e a evolução recente da indústria de transformação se caracteriza, fundamentalmente, por um processo de desconcentração espacial, apesar deste subsetor ainda ser bastante concentrado. Essa concentração se traduz tanto em termos setoriais, em poucos ramos industriais, quanto em termos espaciais, em poucas cidades.

Dentre os ramos industriais, destacam-se os seguintes: coureiro-calçadista; produtos minerais não-metálicos; alimentos e bebidas; e produtos têxteis. Estes quatro ramos ocupam as primeiras ocupações seja em termos de valor agregado, de número de estabelecimentos ou de volume de empregos, apenas mudando a posição, dependendo da variável considerada. O papel de destaque, que os ramos têxtil e coureiro-calçadista ocupam atualmente, é um resultado inequívoco da política de incentivos fiscais adotada pelo governo estadual nas duas últimas décadas, no contexto da chamada guerra fiscal que se estabeleceu entre os estados nordestinos. Em termos espaciais, a indústria de transformação paraibana encontra-se fortemente concentrada nos dois principais polos: João Pessoa e Campina Grande.

Observou-se que o nível de emprego cresceu mais do que o valor adicionado no setor de transformação, o que pode ser resultado da concentração industrial em ramos mais intensivos em mão de obra do que em capital. Esse fato acarretou uma redução da produtividade média do trabalhador. O tamanho médio da indústria de transformação também aumentou e pode-se dizer que houve ganho de escala.

Por fim verifica-se a importância da indústria de transformação na geração de emprego e renda no Estado, sendo necessário lembrar que esse setor é responsável por cerca de 70% dos empregos industriais. A indústria também é o ramo de produção que mais agrega valor entre todos os outros, portanto faz-se necessário um maior investimento e um maior comprometimento do Estado na atração de capital industrial, visando seu desenvolvimento e maior contribuição do setor para a economia estadual.

## REFERÊNCIAS

AGRA FILHO, L. B. **O desenvolvimento econômico no contexto da industrialização na Paraíba**: engenhos, curtumes e tecelagens. Partes, 2011. Disponível em: <<http://www.partes.com.br/politica/paraiba.asp>>. Acesso em: 16 março 2016.

ALBUQUERQUE, A. D. **Dilemas e Problemas da Indústria na Paraíba**: Leituras das Percepções de Gestores e Empresários. Dissertação de Mestrado. ed. Campina Grande: UFCG, 2014.

ALBUQUERQUE, D. **O desempenho da indústria de transformação paraibana na década de 2000**. João Pessoa: Monografia UFPB, 2013.

ALVES, L. **A industrialização incentivada no nordeste e o caso de Campina Grande**. Campina Grande: Dissertação de Mestrado: UFCG, 2012.

AQUINO, Wellington José. **A industrialização açucareira em Pernambuco**. [S.I.]: Papiro History, 2012. Disponível em: <<http://papirohistory.blogspot.com.br/2012/09/artigo-cientifico-industrializacao.html>>. Acesso em 05 de dezembro de 2012.

BRUM, Argemiro. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1997.

FEITOSA, A. J. **Adoçar, Vestir e Calçar: Uma discussão historiográfica da indústria na Paraíba**. João Pessoa: TCC - UEPB, 2010.

FERNANDES, M. de F. D. **Transformações no emprego formal da indústria de transformação do Brasil: evidências para as décadas de 1990 e 2000**. João Pessoa: PPGE/UFPB, dissertação de mestrado, 2012.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

IBGE. **Pesquisa Industrial Anual Empresa: Tabela 1849**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pia/default.asp?o=16&i=P>> acesso em 28 de janeiro de 2011.

IPEADATA. Disponível em <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em 05/12/2012.

KOURY, M. **Fontes para a história da industrialização: 1889 – 1980**. João Pessoa: Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), 1986.

LIMA, Jacob. **Condição operária e mobilidade social: os têxteis na Paraíba: 1889 – 1980**. Fontes para a história da industrialização: 1889 – 1980. João Pessoa: Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), 1994.

LIMA, Jacob. **Industrialização e Classe Operária no Nordeste 1889-1930**. João Pessoa: Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), 1986.

LIMA, Jacob. **Industrialização restrita e condição operária: os têxteis da Paraíba**. João Pessoa: Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), 1993.

LIMA, Jacob. **Tradição e modernidade: trabalhadores urbanos no Nordeste**. João Pessoa: Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), 1994.

LOUREIRO, A. O. F.; COSTA, L. O. **UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE OS MODELOS COM DADOS EM PAINEL**. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Fortaleza, p. 12. 2009.

MACEDO, Maria B. Ferreira de. **Inovações tecnológicas e vivência operária: o caso de Rio Tinto – 1950 – 1970**. João Pessoa: CME/UFPB, dissertação de mestrado, 1986.

MAIA, Neiliane. **Legislação sobre indústria nos estados da Paraíba e Pernambuco**. Período 1889-1930. Fontes para a história da industrialização: 1889 – 1980. João Pessoa: Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), 1986.

MARX, K. **O Capital: Crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, K. **O capital: Crítica da economia política**. São Paulo: Nova cultural, v. I, 1996.

MARX, Karl. **O capital: Crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MELLO, J. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

MOUTINHO, Lúcia; ALVES, Janaína. **A política de desenvolvimento industrial e o emprego no setor de calçados: Um estudo dos municípios paraibanos afetados pela seca**.

2003: Sebrae, \_\_\_\_\_. Disponível em: <[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/9613964130FECA4103256FCB0051B074/\\$File/NT000A5416.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/9613964130FECA4103256FCB0051B074/$File/NT000A5416.pdf)>. Acesso em 03 de agosto de 2011.

MTE. **RAIS**. Disponível em <<http://www.mte.gov.br/rais/default.asp>> acesso em 15 de novembro de 2010.

PEREIRA, W. E. N. **Reestruturação do Setor Industrial e Transformação do Espaço Urbano de Campina Grande - PB a partir dos anos 1990**. Tese de Doutorado. ed. Natal: UFRN, 2005.

SILVA, E.; TARGINO, I.; BRASIL, P. Política de incentivos fiscais e geração de emprego na indústria paraibana. In CAMPOS, F.; MOREIRA, I. T.; MOUTINHO, L. G. **A economia paraibana: estratégias competitivas e políticas públicas**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2006.

SMITH, A. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Nova Cultural Ltda, v. I, 1996.

SOARES, Thiago C.. **Nascimento da indústria açucareira no Brasil**. [S.I.]: Descobrindo História, 2011. Disponível em <<http://www.descobrindohistoria.com.br/2011/04/nascimento-da-industria-acucareira-no.html>>. Acesso em 05 de dezembro de 2012.

SOUZA, J. G. E. **Reforma X Revolução: Celso Furtado e a questão regional no pré-1964**. CEMARX. Campinas: [s.n.]. 2005.

SUDENE. **Uma política de desenvolvimento Econômico para o Nordeste**. Recife: Ministério do Interior, v. 2, 1967.